ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS, REALIZADA EM 14 de outubro de 1992, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES.

Às 08h40min, havendo "quorum", estando presentes o Exmo. Sr. Desembargador JOSÉ DE MOURA FILHO, os eminentes Juízes DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY, BERNARDINO LIMA LUZ e IONILDA MARIA CARNEIRO PIRES, bem como o ilustre Procurador Regional Eleitoral, Dr. JOÃO FRANCISCO SOBRINHO, o Exmo. Sr. Presidente saudando a todos, deu por aberta a sessão, determinando a leitura da ata da sessão anterior, que após lida foi aprovada. Em seguida procedeu-se a leitura dos Acórdãos atinentes aos julgamentos anteriores, que foram todos aprovados. Em razão da exigüidade de tempo para os ilustres relatores analisarem com acuidade os autos que lhe foram distribuídos, adiou-se para a próxima sessão os julgamentos dos mesmos. Passando-se para a pauta de assuntos administrativos, tratou-se da questão sobre a indicação de Juízes Eleitorais para a 1ª Zona, com sede em Araguaína, e para a 3ª Zona, sediada em Porto Nacional, tendo em vista as promoções dos Juízes de Direito que respondiam por aquelas Zonas Eleitorais. Ficaram aprovadas as indicações dos MM. Juízes JOSÉ ALUÍZIO DA SILVA LUZ e JOSÉ FÁTIMO DE SOUZA, para, respectivamente, responderem pela 1ª Zona Eleitoral de Araguaína e pela 3ª Zona Eleitoral com sede em Porto Nacional. Em seguida tratou-se de matéria publicada no Jornal FOLHA DO TOCANTINS, atinente ao TRE, ficando decidido que há que ser intentada competente Ação Judicial, para que foi delegada ao Exmo. Sr. Presidente a faculdade para representar o Ministério Público Federal, enfocando a publicação acintosa ao TRE. O ilustre Procurador Regional Eleitoral entende ser a Justiça Federal o fóro competente para ser ajuizada a competente representação criminal contra os responsáveis pela matéria veiculada e, como representante do Ministério Público Federal irá providenciar as necessárias medidas para apuração dos fatos e dos responsáveis pela mesma, tomando, após, as devidas providências pertinentes à questão. O eminente Juiz DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY requereu certidões conserntes a peças dos autos nº 1610/92, que trataram da propaganda eleitoral na cidade de Palmas, enfocada na matéria e que se tratava na presente sessão. Nada mais havendo a tratar na portunidade, o Exmo. Sr. Presidente, saudando e agradecendo a todos os presentes, convocou-os para a próxima sessão a ser realizada no dia 21 do mês corrente, às 18:30 horas, dando, então, por encerrada a sessão. Para constar, la